



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

O SERVIÇO SOCIAL NOS PROCESSOS POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO TÉCNICA FEDERAL: REFLEXÕES ACERCA DA INTERVENÇÃO JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Fillipe Perantoni Martins¹
Monícia Paula Lemos²
Estelamaris da Cunha Borges³
Ana Cristina Peixoto Guimarães⁴
Ana Luiza Lage de Castro⁵

Resumo: Quando se pensa na intervenção profissional dos assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, logo se imaginam análises socioeconômicas e seletividade no processo de acesso às bolsas de permanência. Todavia, acreditamos haver também um espaço privilegiado para a construção de projetos contra-hegemônicos, seja no cotidiano do trabalho, seja, principalmente, na interlocução com os movimentos sociais que constituem o campo da educação. Nosso objetivo foi apontar as bases constituintes do Serviço Social nesses institutos e refletir, de maneira introdutória, sobre as possibilidades que se apresentam para a profissão a partir de algumas experiências vivenciadas pelos profissionais e estagiárias no cotidiano.

Palavras-chave: Educação; Movimentos Sociais; Serviço Social.

Abstract: When one thinks of the professional intervention of the Social Welfare Federal Institutes of Education, Science and Technology, one soon imagines in socioeconomic analyzes and selectivity in the process of access to the scholarships of permanence. However, we believe there is also a privileged space for the construction of projects against hegemonic ones, either in the daily work, but mainly in the interlocution with the social movements that constitute the field of education. Our objective was to point out the constituent bases of Social Service in these institutes and to reflect, in an introductory way, on the possibilities that present themselves to the profession from some experiences experienced by professionals and trainees in daily life.

Keywords: Education; Social Movements; Social Work.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar algumas reflexões introdutórias, a partir da experiência de supervisão de estágio no IFMG campus Ouro Branco, sobre as possibilidades do Serviço Social no exercício profissional dentro dos

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <fillipefss@gmail.com>.

² Estudante de Graduação. Instituto Federal de Minas Gerais. E-mail: <fillipefss@gmail.com>.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <fillipefss@gmail.com>.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: <fillipefss@gmail.com>.

⁵ Professor com Formação em Serviço Social. Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: <fillipefss@gmail.com>.

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Acreditamos que, para além da Assistência Estudantil e sua cruel seletividade expressa nas análises socioeconômicas, existe um campo promissor para o assistente social atuar junto aos grupos organizados desse espaço socio-ocupacional. Isso posto, buscamos destacar três elementos importantes:

1) Com ápice entre os anos 2008 e 2014, o ensino técnico federal viveu profunda transformação. Com alto investimento, foram criados 38 Institutos Federais de Educação, com cerca de 570 unidades em todo país (BRASIL, 2016). A proposta de aliar ensino médio e formação de mão de obra técnica para o trabalho consegue alinhar, no campo da educação, reflexões sobre as protoformas do trabalho humano, o que pode ser entendido como um espaço privilegiado para o desenvolvimento das funções pedagógicas do Serviço Social, fundamentalmente com os/as estudantes, mas não só.

2) Outro aspecto é a caracterização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na sua relação com o Serviço Social, compreendendo que a inserção dos assistentes sociais na Rede Federal se dá, principalmente, para gerir recursos e o processo de análises socioeconômicas nas políticas contra a evasão e pela permanência dos/das estudantes.

3) Por fim, vamos apontar algumas notas introdutórias acerca das possibilidades de mobilização do Serviço Social junto aos grupos organizados que vivenciam estas instituições, tais como organizações de trabalhadores e grupos organizados de estudantes, como Grêmios, CA's e DA's. Seria possível, no campo da educação, desenvolver uma intervenção profissional que pudesse contribuir na construção de um campo de mobilização contra-hegemônico, mesmo com as diversas tarefas institucionais que os assistentes sociais são demandados? São essas questões que tentaremos explorar.

1. Rede Federal de Educação Profissional: da expansão à precarização

Ao completar seus 110 anos de existência, a Rede Federal de Educação Profissional não tem muito o que comemorar. A expansão vivenciada nos últimos anos contrasta com a desvalorização e abusivos cortes orçamentários

promovidos pelo atual Governo Federal⁶. Todavia, nem sempre o panorama foi esse.

Sua criação se inicia em 1909, com o presidente da República Nilo Peçanha (REDE FEDERAL, 2019a):

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica começou em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets). Tida no seu início como instrumento de política voltado para as 'classes desprovidas', a Rede Federal se configura hoje como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas [...]. Em 29 de dezembro de 2008, 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia cresceram e conseguiram expandir, conforme destaca a Rede Federal (2019b):

A Rede Federal está vivenciando a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento. São 38 Institutos Federais presentes em todos estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Essa Rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois Cefets, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica.

Com um quantitativo de grandes proporções, a expansão dos institutos passa a contribuir consideravelmente para o desenvolvimento econômico regional de diversos territórios brasileiros. Para além desta importância, o elemento sociopolítico também não pode ser ignorado. Cada município que possuísse um campus, contaria também com professores e técnicos-administrativos de excelência dispostos a desenvolver as potencialidades de alunos, pais e comunidade externa, com projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Outro aspecto importante diz respeito à organização em categoria

⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/orcamento-do-mec-tem-perdas-reais-desde-2015-apos-serie-de-cortes.shtml>. Acesso em: 27 maio 2019.

sindical, estimulando nesses territórios a importância do trabalho coletivo organizado e a participação em sindicato. Como os trabalhadores da educação técnica federal possuem um sindicato único (SINASEFE), sem a costumeira separação entre as categorias de técnicos-administrativos e docentes, é comum perceber em cidades com pouco histórico de lutas sociais e organização de trabalhadores uma intervenção deste sindicato na conjuntura local, o que, mesmo com a crise política que se arrasta há alguns anos relacionada às representações políticas tradicionais (sindicatos e partidos políticos), contribui para uma visão positiva da organização sindical.

Esses aspectos serão fundamentais para entendermos as potencialidades que o Serviço Social pode desenvolver a partir da sua mediação pedagógica junto aos grupos organizados dessas instituições.

Antes, porém, vamos contextualizar o trabalho do assistente social junto à política que fez com que essas instituições o demandassem.

2. Serviço Social na Assistência Estudantil: limites e possibilidades

A política de assistência estudantil, em síntese, se configura a partir de projetos, programas e ações que abarcam a necessidade de permanência dos estudantes em instituições públicas federais.

Ao longo dos anos foi sendo incrementada e sofreu modificações. De acordo com Imperatori (2017, p. 292), “todo o processo de construção da assistência estudantil do Brasil foi marcado por lutas e disputas políticas”.

Sobre a história da assistência estudantil, Andres (2011) ressalta como primeiras expressões desta experiência, as ações para alimentação e moradia universitárias organizadas pontualmente em instituições federais de maior porte, com destaque para as das regiões nordeste e para o interior de Minas Gerais. Ao longo dos anos de 1970, em um momento de ampliação da Educação Superior, através dos DAEs (Departamentos de Assistência Estudantil), vinculados ao MEC [...] (LESSA, 2015, p. 268).

A política de assistência estudantil no governo neoliberal de FHC teve pouca notoriedade e mobilização pelo ideário de que a universidade pública brasileira só era para os filhos brancos da elite (LESSA, 2015), o que realmente demonstra que as universidades federais, mesmo que gratuitas, só foram sendo

ocupadas/afirmadas como direito da classe trabalhadora durante os anos e ainda passam por esse processo. Nesse sentido, a política de assistência estudantil tem papel fundamental na entrada dos filhos da classe trabalhadora e dos próprios trabalhadores e trabalhadoras nas IFES.

Entende-se que a própria configuração das políticas sociais, e com isso também as ações inseridas no âmbito da política estudantil, tem suas contradições, dentro da lógica de que os detentores dos meios de produção também são aqueles que se apropriam do conhecimento e do acesso às instituições federais, mas ao mesmo passo importa entender o sentido histórico da luta da classe trabalhadora e a importância dessa política no sentido de contribuir para manter os estudantes nas instituições de ensino. Percebe-se essa dualidade que, de acordo com Lessa (2015, p. 467), “a Assistência Estudantil – se inscreve na luta de classes como resultado complexo de uma expansão precarizada da educação e, ao mesmo tempo, do reconhecimento deste direito para além do acesso”.

Assim, a política de assistência estudantil se consolida no movimento da realidade no bojo da luta de classes:

Tendo em vista a expansão das vagas, a juventude das classes mais baixas passou a ter maior acesso à universidade, o que gerou demandas por ações específicas para atendimento desse público. Muitos desses jovens saíram de suas cidades para as capitais buscando formação acadêmica. Começaram reivindicações e lutas, juntamente com o movimento estudantil, que levaram as instituições de educação a assumirem a responsabilidade pela manutenção de algumas necessidades básicas dos estudantes que não tinham recursos (SOUSA *apud* IMPERATORI, 2017, p. 287).

Outro elemento importante nessa abertura de vagas é a constituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil, que, com aspectos bastante progressistas, tem como princípios:

I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (PNAES, 2007).

Apesar de ser um *programa*, deve-se destacar a importância desta ação, sobretudo pela quantidade de recursos investidos e importância das

proposições. Para além dos objetivos já apontados, o PNAES descreve as áreas em que suas intervenções devem ocorrer:

I - Moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (PNAES, 2007).

Tais áreas de intervenção dialogam com as necessidades inerentes à manutenção do estudante na vida acadêmica, sendo válido destacar a importância do movimento estudantil, através das entidades de representação, na luta pela efetivação e expansão da política de assistência estudantil com a pauta central de que não adianta só entrar no ensino público, mas ter condições de permanecer.

O levantamento da literatura mostra que não se trata de uma política consolidada, mas que se situa em um campo de disputa e que está passando por um processo de legitimação, principalmente após sua regulamentação pela Portaria Normativa n. 39/2007 e pelo Decreto n. 7.234/2010. Nesse marco legal, a assistência estudantil é reconhecida como estratégia de combate às desigualdades sociais, ampliação e democratização das condições de acesso e permanência no ensino superior público federal, com uma definição bastante ampliada (IMPERATORI, 2017, p. 298).

Apesar da inserção do assistente social na área da educação ter ocorrido nos primórdios da profissão, na década de 1930, é na década de 1990, com a consolidação do Projeto Ético-Político profissional, que há uma verdadeira expansão desse espaço socio-ocupacional para o Serviço Social.

Na educação técnica, assim como destacamos anteriormente, foi o aumento de investimentos e, conseqüentemente, expansão da rede, que possibilitou a abertura de concursos em larga escala para áreas até então não tão vinculadas à educação, como Enfermagem, Medicina, Odontologia, Técnicos em Saúde, Psicologia e Serviço Social.

Com o direcionamento das áreas, alguns profissionais passam a assumir protagonismos importantes nas Instituições Federais de Ensino. Especificamente acerca do assistente social, tem-se um campo privilegiado para a construção de projetos contra-hegemônicos, cabendo ao profissional a

[...] necessidade de construir mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais (YAZBEK, 2014, p. 686).

Dentro da política de assistência estudantil, o trabalho do assistente social tem as suas potencialidades e não deve ficar restrito somente ao posto e requisitado pela política – pelo fato da contradição imposta de atendimento de interesses do capital. A leitura de realidade desse profissional permite explorar a organização e expansão da consciência política dos sujeitos através dos mais variados instrumentos e técnicas.

Acreditamos que esse processo propositivo é viável, visto que as experiências de construção da Assistência Estudantil estão em curso e em disputa e que o Serviço Social tem experiência acumulada no sentido de sistematizar seu trabalho, analisar dados, propor alternativas ao mesmo, apoiar a articulação de sujeitos e movimentos sociais. Esta sistematização nos colocará frente aos limites desta ação diante da desigualdade que marca uma sociedade capitalista e periférica, mas ao mesmo tempo, poderá revelar elementos essenciais ao suporte aos estudantes. Além disso, em uma conjuntura de redução de direitos, como a que vivenciamos agora, a produção de dados e a demonstração dos êxitos e limitações desta política é tarefa para agora (LESSA, 2015 p. 479).

3. Serviço Social e Movimentos Sociais: reflexões sobre as possibilidades no campo da educação

Como já destacamos o surgimento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), assim como a necessidade que esta instituição compreendeu de demandar o Serviço Social para sua composição técnica profissional, nosso último capítulo apresentará algumas notas introdutórias acerca da relação entre o Serviço Social e os grupos organizados, ampliando sua intervenção neste espaço socio-ocupacional e buscando contribuir para a construção de projetos societários contra-hegemônicos.

Com a consolidação hegemônica do projeto ético-político do Serviço Social; no qual podemos afirmar que “[...] os princípios éticos e políticos desse projeto profissional demonstram o compromisso da categoria profissional com valores emancipatórios, apontando na direção da ruptura com a ordem burguesa

[...]” (PAULA, 2016, p. 149); tem-se um campo interventivo bastante fértil para pensarmos a função pedagógica na dimensão interventiva do Serviço Social.

A função pedagógica que o Serviço Social exerce na dimensão interventiva reflete estratégias pedagógicas que se definem a partir dos projetos socioeducativos e de controle social das classes sociais e são reelaboradas nas condições históricas da intervenção profissional em diferentes modalidades e perfis (LOPES; ABREU; CARDOSO, 2014, p. 201).

Ainda segundo essas autoras, as estratégias pedagógicas assimiladas pela profissão “[...] traduzem modalidades de inserção profissional no movimento de organização/reorganização da cultura na luta pela hegemonia e configuram perfis pedagógicos da prática profissional [...]” (LOPES; ABREU; CARDOSO, 2014, p. 201-202) e, no caso da intervenção profissional no IFMG, acreditamos estar alinhados com

[...] a busca de vinculação à proposta de construção da pedagogia de resistência e emancipatória, própria da formação da nova subjetividade da classe trabalhadora, consciência de classe – elemento central de uma nova e superior cultura –, que orienta e desafia o projeto ético-político profissional em construção desde os anos 1980 (LOPES; ABREU; CARDOSO, 2014, p. 202).

Fundamentados nessa reflexão, corroboramos com o material produzido pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) sobre o trabalho dos assistentes sociais com movimentos sociais. O conteúdo desta nota traz o seguinte:

A atuação com os movimentos sociais também pode ser empreendida por assistentes sociais que desenvolvem seu trabalho nos serviços e consiste no desdobramento de algo que já fazemos – o intermédio do acesso da população usuária aos serviços e/ ou políticas sociais em um caráter coletivo. Para isso, a aproximação aos movimentos sociais deve constituir-se como parte do nosso fluxo de trabalho, por meio da “rede” com a qual nos articulamos e, principalmente, por meio de uma ação profissional capaz de estimular, na população usuária, o reconhecimento do caráter comum e coletivo de suas demandas, a sua identidade enquanto classe e, deste modo, a sua organização política, aproximando-a dos movimentos existentes e de pautas com a qual se identifica (CFESS, 2018).

Assim, alicerçados na dimensão pedagógica da profissão e na possibilidade de, mesmo no espaço socio-ocupacional da educação, desenvolvermos uma ação profissional junto aos movimentos sociais que

compõem as relações sociais deste espaço, obtivemos experiências bastante exitosas no trabalho coletivo.

Destacamos aqui o trabalho com o Grêmio, colaborando na formação política dos seus membros, seja em reuniões regulares ou participação em debates específicos⁷; a participação na oferta de oficinas em eventos interdisciplinares do campus, como a Semana Nacional de Ciência & Tecnologia, quando foram ministradas as oficinas: “O bom debate entre direita e esquerda no Brasil contemporâneo” e “Assistência Estudantil como direito”, que contaram com massiva participação dos alunos, sobretudo os do ensino médio técnico integrado; e o desenvolvimento de projetos de extensão, esses em parceria com professores das ciências da natureza, em que se problematizou o esgotamento da natureza como um dos sinais da crise estrutural do Capital, trazendo, por meio de discussões e oficinas, as consequências da devastação ambiental promovida pelas grandes empresas da região.

Como consequência, a interlocução com os estudantes possibilitou mobilizá-los amplamente para atividades políticas fundamentais, como as convocações de greve geral, paralisações contra os cortes na educação e resistência ante as contrarreformas trabalhista e da previdência.

Por fim, também chamamos a atenção para a importância dos assistentes sociais se inserirem na militância sindical dos seus espaços socio-ocupacionais.

É bastante interessante perceber que todas as nossas conquistas históricas, tais como o Código de Ética (1992), o Projeto Ético-Político e as bases curriculares alicerçadas na teoria social crítica fazem da nossa categoria privilegiada na intervenção política e análise da realidade.

Virtudes essenciais nas relações sociais com outros profissionais e na militância sindical contemporânea.

Acerca da experiência que tivemos no IFMG, a última gestão da diretoria na seção sindical contou com quatro assistentes sociais, o que, sem dúvida, fez bastante diferença.

Neste relato de experiência concluímos nossa contribuição, cientes de que estes são apenas apontamentos iniciais sobre uma ampla possibilidade de qualificar a intervenção profissional dos assistentes sociais nos IFs, à luz de uma

⁷ Ressaltamos aqui os debates sobre diversidade, acesso ao transporte público, saúde mental e conjuntura política brasileira.

intervenção crítica, atenta aos movimentos sociais da rede mais próxima de relações sociais e, principalmente, demonstrando alternativas para além das análises socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007. *Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 04 dez. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Expansão da Rede Federal*. Brasília-DF, 2016. Disponível em: <http://institutofederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 26 jun. 2016.

CFESS. CFESS Manifesta: *O trabalho de Assistentes Sociais junto aos Movimentos Sociais*. Brasília: CFESS, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-16Enpess-GTPAbepss-site.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 129, May/Aug. 2017.

JUNIOR, Carlos Augusto Aguiar. Colégio Universitário Geraldo Reis no contexto da crise estrutural do capital. *Universidade e Sociedade*, ano 28, n. 61, p.46-57, jan/2018.

LESSA, S. E. C. A política de Assistência Estudantil: entre êxitos e incompletudes. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2 p. 299-484, jul./dez. 2015.

LOPES, J. B.; ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. In. *MOVIMENTOS Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Diretrizes gerais, REUNI – Reestruturação e expansão das Universidade Federais. *Ministério da Educação*. Agosto/2007, 45p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

PAULA, L. G. P. *Estratégias e Táticas: reflexões no campo do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumenjuris, 2016.

REDE FEDERAL. (a) *Expansão da rede federal*. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 23 maio 2019.

REDE FEDERAL. (b) *Histórico*. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 23 maio 2019.

SOUZA, F. C.; SILVA, S. H. Institutos Federais: expansão, perspectivas e desafios. *Revista Ensino Interdisciplinar*, Mossoró, RN: UERN, v. 2, n. 5, jul.2016.

YAZBEK, M. C. A dimensão política do trabalho do Assistente Social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/05.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2017.